



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Aprovado**

O Presidente da Câmara  
Municipal

Prestação de Serviços Musicais  
- Espetáculo "Queen 4 You" -

**Caderno de Encargos**

## **PARTE I**

### **Cláusulas jurídicas**

#### **Artigo 1.º**

##### **Entidade pública contratante**

A entidade pública contratante é o Município de Vila Velha de Ródão, pessoa coletiva 506 642 798 sito na Rua de Santana, 6030-230 Vila Velha de Ródão, com o número de telefone 272 540 300, de fax 272 540 301 e com o e-mail: geral@cm-vvrodão.pt.

#### **Artigo 2.º**

##### **Objeto**

O objeto do procedimento consiste na prestação de serviços de realização de um concerto com o Coro Misto da Beira Interior designado de “Queen 4 You” de acordo com as especificações técnicas descritas neste caderno encargos;

#### **Artigo 3.º**

##### **Local de execução**

O local de execução dos serviços objeto do presente procedimento, será na Casa de Artes e Cultura do Tejo, em Vila Velha de Ródão.

#### **Artigo 4.º**

##### **Prazo de execução**

O serviço a realizar no âmbito do presente procedimento devem ser integralmente executado no dia 1 de Fevereiro de 2025.

#### **Artigo 5.º**

##### **Condições de pagamento e faturação**

As condições de pagamento do encargo objeto do presente procedimento são as seguintes:

1. O adjudicatário deverá faturar ao município após a prestação do serviço;
2. A fatura será paga no prazo máximo de 30 dias a contar da data da sua apresentação;
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, esta deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

#### **Artigo 6.º**

##### **Preço**

1. Pela prestação de serviços objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Vila Velha de Ródão deve pagar, ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, cujo valor máximo se estima em **3.400,00€ (três mil e quatrocentos euros)**, isentos de IVA.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
3. O montante estimado referido no número 1 do presente artigo deve considerar-se o preço base, nos termos do art.º 47 do CCP como montante máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto deste procedimento.

### **Artigo 7º**

#### **Contrato**

Não há lugar a celebração de contrato escrito, de acordo com o disposto no ponto i) da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 8.º**

#### **Prevalência**

1. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) Os esclarecimentos e as retificações ao caderno de encargos identificados pelo adjudicatário, desde que esses esclarecimentos e as retificações tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar e quando a eles houver lugar;
  - b) O caderno de encargos;
  - c) A proposta adjudicada;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, quando a eles houver lugar.
2. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

### **Artigo 9º**

#### **Penalidades**

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante, pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pela deficiente prestação do serviço referido na parte II deste caderno de encargos, (nomeadamente atuação por tempo inferior ao estipulado ou em condições de som deficiente) a entidade adjudicante pode aplicar uma sanção pecuniária até ao valor de 50% do valor do espetáculo;
- b) A não realização do espetáculo, para além do não pagamento do valor que lhe corresponda, obriga o adjudicatário ao pagamento, à entidade adjudicante de Vila Velha de Ródão, de uma indemnização de 60% sobre o valor total do contrato.
- c) Se o atraso inviabilizar a realização do espetáculo, tem a entidade adjudicante o direito de rescindir o presente contrato, sem que o adjudicatário tenha direito a qualquer pagamento ou indemnização.

### **Artigo 10.º**

#### **Obrigações do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente caderno de encargos ou da proposta, da adjudicação decorrem, para o adjudicatário, as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de executar o serviço, dentro do prazo e de acordo com as características e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos;

#### **Artigo 11.º**

##### **Obrigações da entidade adjudicante**

A entidade adjudicante compromete-se a pagar a fatura de acordo com as condições referidas no artigo 5.º.

#### **Artigo 12.º**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir motivos de força maior, caso se venha a verificar os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Artigo 13.º****Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, e nos artigos 7.º e 9.º do presente caderno de encargos a entidade adjudicante pode resolver o contrato no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave as suas obrigações;
2. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

**Artigo 14.º****Resolução por parte do adjudicatário**

Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato se a entidade adjudicante deixar de cumprir as obrigações previstas no artigo 5.º do presente caderno de encargos, atrasando o pagamento para além de 30 dias.

**Artigo 15.º****Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se o dever de sigilo previsto na informação e na documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

**Artigo 16.º****Proteção de dados pessoais**

O adjudicatário obriga-se a cumprir a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro), ou diploma legal que sobrevier, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), ficando obrigado, nomeadamente:

1. A garantir o dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o Município, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. Não utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Município, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.
3. A garantir o dever de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o Adjudicatário e o Município e também depois do final da

relação entre o Adjudicatário e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços.

4. A devolver, mediante solicitação por escrito do Município, todos os documentos e registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso por virtude dos contactos profissionais com o Município.
5. Notificar imediatamente o Município caso perca a informação e/ou dados pessoais ou parte deles, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

#### **Artigo 17.º**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificada no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Artigo 18.º**

##### **Resolução de Litígios – Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Artigo 19.º**

##### **Legislação Aplicável**

O procedimento é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na redação do Decreto Lei n.º. 111-B/2017 de 31 de agosto e legislação conexas.

**PARTE II**  
**Especificações técnicas**

- Realização de **1 concerto**, pelo Coro Misto da Beira Interior.
- interpretação de temas da banda **QUEEN**.

**Data do concerto:** 1 de Fevereiro.

**Local de realização do concerto:** Casa de Artes e Cultura do Tejo.

**Duração de cada concerto:** atuação nunca poderá ser inferior a 60 minutos, sem intervalos e/ou interrupções.

**É da responsabilidade do adjudicatário:**

- deslocações e equipamento técnico que necessite.